

4.2.11. Alteração da paisagem durante a fase de obras

A alteração da paisagem que ocorrerá na fase de implantação do empreendimento está relacionada principalmente com a presença de equipamentos da construção civil. Este é um impacto negativo e sua classificação de acordo com os critérios propostos é apresentada no Quadro 62.

Quadro 62. Atributos do impacto alteração da paisagem durante a fase de obras.

Atributos	Qualificação
Elemento Impactado	Social (S)/Paisagístico (P)
Abrangência Espacial	Área de Influência Direta (AID)
Fase de Ocorrência	Implantação (I)
Abrangência Temporal	Contínuo (C)
Tipo de Impacto	Negativo (N)
Grau de Impacto	Baixo (B)
Reversibilidade	Reversível (R)

Medidas Mitigadoras

- O empreendimento utilizara tapumes na fase de implantação, com o objetivo de reduzir os impactos negativos relacionados à paisagem urbana.

4.2.12. Alteração da paisagem durante a fase de operação

A alteração da paisagem se dará principalmente pela modificação da forma de uso do solo, transformando um local classificado atualmente como “vazio urbano” em uma edificação de uso misto, residencial multifamiliar e comercial/serviços com 15 pavimentos. Salienta-se que este item trata apenas da alteração da paisagem na fase de operação do empreendimento.

Conforme abordado ao longo do EIV, o empreendimento utilizou o incentivo ao uso misto (Art. 64), objetivando ampliar e qualificar os espaços de circulação e permanência na interface entre o público (logradouro) e o privado (empreendimento), com a adoção de mobiliário urbano

qualificado e soluções paisagísticas convidativas, além do plantio de exemplares arbóreos de espécies nativas no passeio público da Rua Tenente Silveira, Rua Padre Roma e Beco Padre Roma.

Esses fatores fazem com que o empreendimento proposto possa vir a se configurar como um marco referencial de localização, uso e tratamento das áreas de fruição pública, tendo em vista que o mesmo se localiza em uma esquina (Rua Padre Roma com Beco Padre Roma, além de possuir testada para a Rua Tenente Silveira), atualmente desocupada, em vias carentes de arborização.

Este é um impacto positivo e sua classificação de acordo com os critérios propostos é apresentada no Quadro 63.

Quadro 63. Atributos do impacto alteração da paisagem durante a fase de operação.

Atributos	Qualificação
Elemento Impactado	Social (S)/Paisagístico (P)
Abrangência Espacial	Área de Influência Direta (AID)
Fase de Ocorrência	Implantação (I)/Operação (O)
Abrangência Temporal	Contínuo (C)
Tipo de Impacto	Positivo (P)
Grau de Impacto	Médio (M)
Reversibilidade	Irreversível (I)

Medidas potencializadoras

- O empreendedor elaborou um projeto paisagístico, avaliando a posição e espécies dos exemplares arbóreos a serem plantados no passeio público;
- Será realizada a manutenção periódica do ajardinamento no prédio, proporcionando o conforto visual na contemplação das paisagens;
- O empreendimento adotou paisagísticas convidativas por meio da utilização do design biofílico, evidenciado pelos jardins verticais, marquises com cobertura verde e pontos com vegetação vertical, além do plantio de árvores nos passeios públicos, o que reduzirá o impacto do empreendimento na paisagem urbana.

4.2.13. Interferência no patrimônio histórico, natural, artístico e cultural

Com relação à influência visual e paisagística do empreendimento sobre as edificações tombadas, entende-se que esta possa ser desconsiderada, tendo em vista que outras edificações ainda mais próximas já estão incorporadas nesse cenário urbano. O mesmo se aplica à APC localizada a aproximadamente 17,0 metros do empreendimento, tendo em vista que a região já se encontra fortemente ocupada por edificações de grande volumetria e gabarito.

Em se tratando da possível influência sobre a Unidade de Conservação Municipal Maciço do Morro da Cruz e sobre os sítios arqueológicos identificados na AII, não se antecipa qualquer impacto que o empreendimento possa vir a ter, tendo em vista que o empreendimento será edificado em um local marcado pela ocupação antrópica, inclusive no terreno em que será edificado.

Este é um impacto negativo e sua classificação de acordo com os critérios propostos é apresentada no Quadro 64.

Quadro 64. Atributos do impacto Interferência no patrimônio histórico, natural, artístico e cultural.

Atributos	Qualificação
Elemento Impactado	Cultural (C)
Abrangência Espacial	Área de Influência Indireta (AID)
Fase de Ocorrência	Implantação (I)/Operação (O)
Abrangência Temporal	Intermitente (I)
Tipo de Impacto	Negativo (N)
Grau de Impacto	Baixo (B)
Reversibilidade	Irreversível (I)

4.1. Síntese da Avaliação dos Impactos Urbanos de Vizinhança

O Quadro 65 apresenta a legenda dos atributos e o Quadro 66 apresenta a síntese dos Impactos Urbanos de Vizinhança identificados para o empreendimento proposto.

Quadro 65. Legenda dos atributos.

Elemento Impactado	Abrangência Espacial	Fase de Ocorrência	Abrangência Temporal	Tipo de Impacto	Grau do Impacto	Reversibilidade
Econômico = E Social = S Cultural = C Paisagístico = P	AID All Pontual	Implantação = I Operação = O	Contínuo = C Intermitente = I	Negativo = N Positivo = P Neutro= NEU	Baixo =B Médio =M Alto =A	Reversível = R Irreversível = I

Quadro 66. Síntese dos Impactos Urbanos de Vizinhança.

Impactos urbanos na vizinhança	Descrição	Medidas corretivas, potencializadoras, mitigadoras e/ou compensatórias	Elemento impactado	Abrangência Espacial	Fase de Ocorrência	Abrangência Temporal	Tipo de Impacto	Grau de Impacto	Reversibilidade
Alteração do conforto acústico	Na fase de implantação ocorrerá a emissão de ruídos devido ao tráfego de caminhões e operações com veículos e equipamentos pesados para movimentação do solo e colocação das fundações. Nas fases de infraestrutura e superestrutura a vizinhança também poderá ser impactada.	<ul style="list-style-type: none"> - Todas as atividades que causem ruídos excessivos terão seu horário limitado entre as 7h00 e 19h00; - Serão colocados tapumes nos limites do terreno. 	S	P	I	I	N	B	R
Alteração da qualidade do ar	Na fase de implantação ocorrerá a emissão de poluentes oriundos da queima de combustíveis fósseis e pela suspensão de material particulado do solo devido à movimentação de veículos pesados.	<ul style="list-style-type: none"> - Será realizada a umectação periódica em períodos mais secos; - A operação do canteiros de obras será planejada, prevendo as áreas de deposição temporária e evitando transportes desnecessários de material. 	S	P	I	I	N	B	R

Impactos urbanos na vizinhança	Descrição	Medidas corretivas, potencializadoras, mitigadoras e/ou compensatórias	Elemento impactado	Abrangência Espacial	Fase de Ocorrência	Abrangência Temporal	Tipo de Impacto	Grau de Impacto	Reversibilidade
Adensamento populacional	Na fase de implantação estima-se um incremento temporário de 125 pessoas. Na fase de operação, estima-se um incremento de 318 habitantes (população fixa do setor residencial), o que representa 0,82% em relação a população da AII estimada para 2021. Com relação à saturação populacional, a AII está com 28,93% da saturação prevista pelo Plano Diretor. Com a implantação do empreendimento, este número subirá para 29,17%. Importante salientar que este impacto é uma consequência natural proveniente da implantação de um novo empreendimento residencial.	- Foi priorizado o adensamento populacional com unidades habitacionais de menor área e maior quantidade, tendo em vista que possui 69 unidades de 2 dormitórios e 21 unidades de 1 dormitório.	S	All	O	C	POSITIVO	B	I
Interferência sobre infraestruturas urbanas existentes	O empreendimento possui as viabilidades de água e esgoto emitidas pela CASAN, de energia elétrica emitida pela CELESC e de coleta de resíduos sólidos emitida pela COMCAP. Entretanto, poderá haver um aumento do consumo de energia nos horários de pico e redução na pressão na rede de água.	- Será doada um PEV de vidros pelo empreendedor, respeitando o Decreto Municipal nº 20.309/2019.	S/E	AID	I/O	C	NEGATIVO	B	I

Impactos urbanos na vizinhança	Descrição	Medidas corretivas, potencializadoras, mitigadoras e/ou compensatórias	Elemento impactado	Abrangência Espacial	Fase de Ocorrência	Abrangência Temporal	Tipo de Impacto	Grau de Impacto	Reversibilidade
Pressão sobre equipamentos comunitários	<p>Saúde: entende-se que o atendimento à saúde pública na AID é satisfatório. Os equipamentos de saúde serão demandados tanto na fase de implantação quanto na fase de operação.</p> <p>Educação: estima-se que serão demandadas aproximadamente 23 novas vagas para o ensino infantil, 52 novas vagas para o ensino fundamental e 33 novas vagas para o ensino médio. Entende-se que é necessário ampliar a rede de ensino básico infantil para a região da AID.</p> <p>Assistência social: na AID não ocorrem instituições de assistência social.</p> <p>Segurança pública: na AID ocorrem equipamentos de segurança pública.</p> <p>Lazer: na AID ocorrem duas praças.</p>	<p>- Durante a fase de obras será implantado um programa de segurança de trabalho, incentivando o uso de EPIs, evitando possíveis acidentes de trabalho e, por consequência, a utilização de equipamentos de saúde;</p> <p>- O empreendimento possuirá playground descoberto, salão de festas, estar descoberto, academia e bar gourmet no plano de cobertura, além de área de fruição pública com mobiliário urbano qualificado.</p>	S/E	All	I/O	C	NEGATIVO	M	I
Aumento da sensação de segurança	<p>O empreendimento impactará de maneira positiva na segurança pública, pois o aumento da circulação das pessoas no local em função do empreendimento, pode-se ter maior sensação de segurança, tendo em vista que as próprias pessoas que transitam pela rua acabam exercendo uma vigilância natural Jacobs (2000).</p>	<p>- O empreendimento contará com sistema de vigilância privado.</p>	S	AID	O	C	POSITIVO	A	I

Impactos urbanos na vizinhança	Descrição	Medidas corretivas, potencializadoras, mitigadoras e/ou compensatórias	Elemento impactado	Abrangência Espacial	Fase de Ocorrência	Abrangência Temporal	Tipo de Impacto	Grau de Impacto	Reversibilidade
Ordenamento territorial	A implantação do empreendimento ocorrerá em conformidade com as diretrizes do Plano Diretor, atendendo os pressupostos estabelecidos no Estatuto da Cidade (em seu art. 39), cumprindo assim sua função social da propriedade urbana. Cita-se ainda que à medida que se dá a organização do espaço, ampliam-se as funções da cidade e a diferenciação dos seus setores, sabendo que o zoneamento é favorecido quando a ocupação obedecer às normas estabelecidas pelo planejamento urbano da cidade, a exemplo do que propõe o empreendimento em análise.	<p>- O terreno está inserido em AMC-12.5. Dessa forma, foi obtido o incentivo ao uso misto (Art. 64), ampliando e qualificando espaços de circulação e permanência no empreendimento, indo ao encontro do cenário planejado pelo Plano Diretor.</p>	S/E	AID	O	C	POSITIVO	M	I

Impactos urbanos na vizinhança	Descrição	Medidas corretivas, potencializadoras, mitigadoras e/ou compensatórias	Elemento impactado	Abrangência Espacial	Fase de Ocorrência	Abrangência Temporal	Tipo de Impacto	Grau de Impacto	Reversibilidade
Valorização imobiliária e atração de investimentos	No contexto do projeto proposto, entende-se que não ocorrerá a alteração do estrato social existente, como expulsão de pessoas pertencentes a classes sociais menos abonadas e gentrificação, tendo em vista que no entorno existem edificações de padrão e gabarito semelhantes. Considera-se, ainda, que a implantação do Condomínio misto promoverá a valorização dos imóveis do entorno, tendo em vista que o empreendimento proposto possui áreas de fruição pública com mobiliário urbano qualificado, além de ótimo tratamento paisagístico, podendo vir a se tornar um marco referencial de localização, uso e tratamento das áreas de fruição pública.	Não se aplica.	S/E	AID	O	C	POSITIVO	M	I

Impactos urbanos na vizinhança	Descrição	Medidas corretivas, potencializadoras, mitigadoras e/ou compensatórias	Elemento impactado	Abrangência Espacial	Fase de Ocorrência	Abrangência Temporal	Tipo de Impacto	Grau de Impacto	Reversibilidade
Incremento e geração de tráfego	<p>Fase de implantação: serão geradas em média 1.334 viagens de caminhão para o transporte de 20.000 m³ de terra provenientes da terraplanagem.</p> <p>Fase de operação: a tendência é o aumento gradativo da circulação de veículos e da circulação de pedestres. Com relação ao NS, verifica-se que o atual (2022) é classificado como E – Ruim. A partir do ano de 2028 (momento de início da operação do empreendimento), o Nível de Serviço passa a ser classificado como F – Ruim, com e sem o empreendimento, corroborando para o fato de que a geração de viagens devido ao empreendimento não é o grande problema, e sim, o natural aumento do fluxo de veículos com o passar dos anos.</p> <p>Além disso, de modo geral, com a implantação do empreendimento a tendência é o aumento gradativo da circulação de veículos e pedestres, aumentando também a insegurança dos que por ali transitam.</p>	<p>- Será implantada sinalização específica no entorno da área do empreendimento;</p> <p>- A entrada e saída dos caminhões do empreendimento foi separada, de modo que a entrada ocorrerá pelo Beco Padre Roma, com acesso a partir da Rua Padre Roma, para que os caminhões não precisem adentrar o bairro para acessar o terreno. Já a saída ocorrerá pela Rua Tenente Silveira;</p> <p>- A área para estacionamento dos veículos pesados e carga/descarga de material ocorrerá no interior do terreno;</p> <p>- Estímulo dos funcionários para o uso de transporte coletivo, além da priorização da contratação de mão-de-obra local.</p>	S	AID	I/O	C	NEGATIVO	M	I

Impactos urbanos na vizinhança	Descrição	Medidas corretivas, potencializadoras, mitigadoras e/ou compensatórias	Elemento impactado	Abrangência Espacial	Fase de Ocorrência	Abrangência Temporal	Tipo de Impacto	Grau de Impacto	Reversibilidade
Alteração do microclima	A proposta do empreendimento referente a fachada será a pintura nas cores cinza escuro e cinza claro com detalhes em marrom. Com relação ao uso de materiais reflexivos nas fachadas e muros, estes materiais não serão utilizados. Entende-se que a edificação influenciará na iluminação natural das edificações vizinhas, notadamente no Beco Padre Roma, o qual ficará praticamente todo sombreado das 08:00h às 14:00h, considerando a projeção feita para o dia 21/06, chamado de solstício de inverno.	- O empreendimento possuirá telhado verde, marquises com vegetação, jardins verticais, pontos com vegetação vertical, além do plantio de diversos exemplares arbóreos de espécies nativas nos passeios públicos do Beco Padre Roma, Rua Padre Roma e Rua Tenente Silveira, de modo a melhorar o conforto térmico dos transeuntes por meio do sombreamento.	S	AID	O	C	NEGATIVO	B	I
Alteração da paisagem durante a fase de obras	Está relacionado principalmente à presença de equipamentos da construção civil.	- O empreendimento utilizará tapumes na fase de implantação com o objetivo de mitigar os impactos negativos relacionados à paisagem urbana.	S/P	AID	I	C	NEGATIVO	B	R

Impactos urbanos na vizinhança	Descrição	Medidas corretivas, potencializadoras, mitigadoras e/ou compensatórias	Elemento impactado	Abrangência Espacial	Fase de Ocorrência	Abrangência Temporal	Tipo de Impacto	Grau de Impacto	Reversibilidade
Alteração da paisagem durante a fase de operação	<p>Este impacto se dará principalmente pela modificação da forma de uso do solo, transformando um local classificado atualmente como “vazio urbano” em uma edificação de uso misto, residencial multifamiliar e comercial/serviços com 15 pavimentos.</p> <p>Entende-se que o empreendimento proposto possa vir a se configurar como um marco referencial de localização, uso e tratamento das áreas de fruição pública, tendo em vista que o mesmo se localiza em uma esquina (Rua Padre Roma com Beco Padre Roma, além de possuir testada para a Rua Tenente Silveira), atualmente desocupada, em vias carentes de arborização.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - A qualidade arquitetônica do empreendimento, aliada ao seu tratamento paisagístico, são fatores positivos à paisagem atual; - Será executado um projeto paisagístico; - Será realizada a manutenção periódica do ajardinamento no prédio, proporcionando conforto visual; - O empreendimento adotou paisagísticas convidativas por meio da utilização do design biofílico, evidenciado pelos jardins verticais, marquises com cobertura verde e pontos com vegetação vertical, além do plantio de árvores nos passeios públicos, o que reduzirá o impacto do empreendimento na paisagem urbana. 	S/P	AID	O	C	POSITIVO	M	I

Impactos urbanos na vizinhança	Descrição	Medidas corretivas, potencializadoras, mitigadoras e/ou compensatórias	Elemento impactado	Abrangência Espacial	Fase de Ocorrência	Abrangência Temporal	Tipo de Impacto	Grau de Impacto	Reversibilidade
Interferência no patrimônio histórico, natural, artístico e cultural	<p>Com relação à influência visual e paisagística do empreendimento sobre as edificações tombadas, entende-se que esta possa ser desconsiderada, tendo em vista que outras edificações ainda mais próximas já estão incorporadas nesse cenário urbano. O mesmo se aplica à APC localizada a aproximadamente 17,0 metros do empreendimento, tendo em vista que a região já se encontra fortemente ocupada por edificações de grande volumetria e gabarito.</p> <p>Em se tratando da possível influência sobre a Unidade de Conservação Municipal Maciço do Morro da Cruz e sobre os sítios arqueológicos identificados na AI, não se antecipa qualquer impacto que o empreendimento possa vir a ter, tendo em vista que o empreendimento será edificado em um local marcado pela ocupação antrópica, inclusive no terreno em que será edificado.</p>	Não se aplica.	C	AID	I/O	I	N	B	I

Fonte: Elaborado pelo autor.

5. CONCLUSÃO

O presente Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) objetiva subsidiar o licenciamento urbanístico do projeto de um empreendimento misto (multifamiliar + comercial). O mesmo será implantado em uma área de 2.332,52 m², constituído por uma torre, composto por subsolo 1, subsolo 2, subsolo 3, térreo, sobreloja e 14 pavimentos tipo. Ao todo, o empreendimento conta com 90 unidades habitacionais, 69 unidades de 2 dormitórios e 21 unidades de 1 dormitório, além de 45 lojas/salas, sendo 11 lojas no térreo, 26 salas comerciais no pavimento 2 e 8 salas comerciais no pavimento 3, na esquina da Rua Padre Roma com o Beco Padre Roma, no bairro Centro, no município de Florianópolis, no estado de Santa Catarina. Este empreendimento é proposto pela empresa ZITA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS.

A tendência de urbanização é clara em todo o município de Florianópolis e não deve ser negada, ou ignorada, sob pena do crescimento da ocupação desordenada, em detrimento de uma ocupação planejada e com preocupações mais amplas de sustentabilidade. Neste sentido, considera-se que o empreendimento em questão segue os preceitos do Plano Diretor municipal e atende às vocações de uso da região onde o terreno sugerido para sua implantação se situa. No entorno do empreendimento percebe-se o grande número de condomínios, caracterizando a região para esta vocação.

Ressalta-se, no entanto, que toda ocupação resulta em impactos na área, entorno e no município. Esses impactos podem ser positivos e/ou negativos no meio urbano, social, econômico e paisagístico em suas áreas influência. Cabe ao empreendedor eleger e ao poder público ratificar, alternativas economicamente viáveis e medidas mitigadoras eficientes.

Outro aspecto a ser considerado é o aproveitamento positivo da área na zona urbana, entre diversos tipos de edificações, com uma ocupação preconizada pelo Plano Diretor Municipal. Esta área do empreendimento não permite um desenvolvimento ambiental satisfatório para a fauna e a flora da região e não há restrições ambientais com relação a APPs e unidades de conservação.

As análises desenvolvidas sobre a demografia permitiram avaliar que o empreendimento acarretará um aporte de 318 habitantes (população fixa do setor residencial), 94 funcionários do setor comercial/serviços, além de uma população flutuante estimada de 66 pessoas para o setor residencial e 423 pessoas para o setor comercial/serviços.

De acordo com o diagnóstico populacional apresentado no Item 3.1.2, a All do empreendimento possuía em 2021 um total de 31.703 habitantes, o que representa 7,5% da população do município de Florianópolis. A população de saturação segundo os cálculos apresentados é de 134.353 habitantes. Portanto, a All apresenta uma saturação populacional de 28,93% em relação ao Plano Diretor. Com o aporte populacional de 358 pessoas, a saturação populacional passa para 29,17%, o que representa um acréscimo na taxa de saturação populacional de 0,24%.

No que diz respeito aos equipamentos urbanos a localidade conta com toda a estrutura de rede de água, esgoto, energia, drenagem e sistema viário. Para que não haja sobrecarga do sistema, deve-se implantar medidas para redução do consumo e reutilização dos recursos naturais e estruturas de drenagem de acordo com as exigências da prefeitura. O empreendimento contará com sistema de captação de água da chuva, controle de consumo de água, ventilação natural em grande parte do empreendimento.

Com relação a possíveis alterações da paisagem urbana, destaca-se que as construções de obras e de qualquer natureza acabam por alterar de maneira definitiva uma paisagem existente, sendo esta alteração considerada como um processo natural de transformação e produção de paisagens em ambientes urbanos consolidados. Além disso, conforme abordado ao longo do EIV, o empreendimento utilizou o incentivo ao uso misto (Art. 64), objetivando ampliar e qualificar os espaços de circulação e permanência na interface entre o público (logradouro) e o privado (empreendimento), com a adoção de mobiliário urbano qualificado e soluções paisagísticas convidativas, além do plantio de exemplares arbóreos de espécies nativas no passeio público da Rua Tenente Silveira, Rua Padre Roma e Beco Padre Roma, fazendo com que o empreendimento

proposto possa vir a se configurar como um marco referencial de localização, uso e tratamento das áreas de fruição pública.

Pelo exposto neste Estudo, pode-se concluir que o balanço global do projeto proposto para o município Florianópolis é positivo. Este cenário favorável à implantação e operação do projeto na região depende invariavelmente da correta adoção das medidas de corretivas, potencializadoras, mitigadoras ou compensatórias apontadas no estudo. Cabe ao empreendedor, o cumprimento dos compromissos firmados na etapa de licenciamento, recomendando-se que todas estas medidas sejam acompanhadas por ações de responsabilidade social, beneficiando a população do município com empregos, desenvolvimento turístico, econômico e urbano, com sustentabilidade ambiental.

Tendo em vista a participação do empreendimento em um prognóstico futuro, pode-se perceber que o desenvolvimento de suas atividades em muito contribuirá para a consolidação socioeconômica do município e aumento na oferta de moradias e comércio em uma área destinada para qual.

6. REFERÊNCIAS

ABAS. Associação Brasileira de Águas Subterrâneas. Disponível em: <www.abas.org>. Acesso em outubro de 2019.

ABEGAS. Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado. Disponível em <<http://www.abegas.org.br>>. Acesso em outubro de 2019.

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9649 – Projetos de Redes de Esgotos, 1986.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do>>. Acesso em outubro de 2019.

ALMEIDA, ANA CRISTINA P.C. DE e DACOSTA, Lamartine P. Meio ambiente, esporte, Lazer e turismo. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2007.

ARCENIO, Osvaldino Francisco. Um Estudo Exploratório sobre a Dinâmica Urbana: Crescimento do Bairro Estreito e Áreas Vizinhas, e seus Reflexos na Economia Local. 2006. Universidade Federal de Santa Catarina.

ARCENIO, Osvaldino Francisco. Um Estudo Exploratório sobre a Dinâmica Urbana: Crescimento do Bairro Estreito e Áreas Vizinhas, e seus Reflexos na Economia Local. 2006. Universidade Federal de Santa Catarina.

ARRUDA, M. Tornar real o possível: a formação do ser humano integral, economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. aproximação. Geomorfologia 52: 1-21.

ARRUDA, Marcos. Tornar real o possível: a formação do ser humano integral, Economia solidária, desenvolvimento e o futuro do trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS – ABRELPE. Disponível em <<http://www.abrelpe.org.br/>>. Acesso em fevereiro de 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 10004:2004 Resíduos Sólidos – Classificação. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 15.527/2007. Água de chuva – Aproveitamento de coberturas em áreas urbanas para fins não potáveis.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 7229:1993. Versão Corrigida 1997 Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos. Rio de Janeiro, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 9284:1986. Equipamento Urbano – Classificação. Rio de Janeiro, 1986.

AZEVEDO NETTO, J.M. de, MARTINS, José Augusto, PUPPI, Ildefonso C., BORSARI NETTO, Francisco, FRANCO, Pedro Nelson C. Planejamento de Sistemas de Abastecimento de Água. Curitiba: Universidade Federal do Paraná; Organização Pan-americana da Saúde, 1973.

BECK, A. A variação do conteúdo cultural dos sambaquis do litoral de Santa Catarina. Erechim: Habilis, 2007.

BECK, A. et al. Estudos do sambaqui do Rio Lessa. Anais do Instituto de Antropologia, UFSC, Florianópolis, n. 2, p. 153-174, 1969.

BEGON, M.; Townsend, C. R.; Harper, J. L. 2007. Ecology: from individuals to ecosystems. 4aed. Wiley-Blackwell, 752p.

BIGARELLA, J. J.; BECKER, R. D.; SANTOS, G. F. Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais. v. 1. Florianópolis: Ed. UFSC, 1994.

BORGES, Marcus Gonçalves Euclides. INFLUÊNCIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO NO MICROCLIMA URBANO: ESTUDO DE CASO NO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92839>>. Acesso 2020.

BORGES, Marcus Gonçalves Euclides. INFLUÊNCIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO NO MICROCLIMA URBANO: ESTUDO DE CASO NO CAMPUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. 2009. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/92839>>. Acesso 2020.

BORGES, R. C. N. Definição de transporte coletivo urbano. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2006.

BRAGA, R. Política urbana, política fiscal e pacto federativo: limites e perspectivas do Estatuto da Cidade no contexto da reforma do Estado. Seminário Internacional da Rede Ibero-Americana de Investigadores sobre Globalização e Território, VII. Anais... Rio de Janeiro: IPPUR-UFRJ, 25 a 28 de maio de 2004.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988). CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Senado. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em outubro de 2019.

BRASIL. DECRETO Nº 7.217, DE 21 DE JUNHO DE 2010. Regulamenta a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2010/Decreto/D7217.htm>. Acesso em outubro de 2019.

BRASIL. Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Estabelece diretrizes gerais da política urbana. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em outubro de 2019.

BRASIL. LEI N.º 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>.

BRASIL. LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Estabelece diretrizes gerais da política urbana. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>.

BRASIL. LEI Nº 11.428, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2002006/Lei/L11428.htm>.

BRASIL. LEI Nº 11.445, DE 05 DE JANEIRO DE 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>.

BRASIL. LEI No 3.924, DE 26 DE JULHO DE 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3924.htm>. Acesso em outubro de 2019.

BRASIL. LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1990/8080.htm>>.

BRASIL. LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA – MEC. Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados. Sistema e-MEC. Disponível em <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em outubro de 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA – MEC. LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em outubro de 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA – MEC. Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica. SISTEC. Disponível em <<http://sitesistec.mec.gov.br/>>. Acesso em outubro de 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Disponível em <<http://www.dprf.gov.br/PortalInternet/index.faces>>. Acesso em outubro de 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de procedimentos de vigilância em saúde ambiental relacionada à qualidade da água para consumo humano. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Vigilância e controle da qualidade da água para consumo humano. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Guia para elaboração de planos municipais de saneamento. Brasília, DF: Fundação Nacional de Saúde, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: diagnóstico dos serviços de água e esgotos – 2010. – Brasília: MCIDADES.SNSA, 2012. 448 p.: texto, tabelas.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: diagnóstico do manejo de resíduos sólidos urbanos – 2010. – Brasília: MCIDADES.SNSA, 2012. 2.090 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Guia para elaboração de planos municipais de saneamento. Brasília, DF: Fundação Nacional de Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Guia para elaboração de planos municipais de saneamento. Brasília, DF: Fundação Nacional de Saúde, 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: diagnóstico do manejo de resíduos sólidos urbanos – 2010. – Brasília: MCIDADES.SNSA, 2012. 2.090 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: diagnóstico dos serviços de água e esgotos – 2010. – Brasília: MCIDADES.SNSA, 2012. 448 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL - MMA. Avaliação de Impacto Ambiental: Agentes sociais, procedimentos e ferramentas. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis. Brasília, 1995.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. Resolução n. 307, de 5 de julho de 2002. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30702.html>>. Acesso em outubro de 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. Resolução n. 348, de 16 de agosto de 2004. Altera a Resolução CONAMA nº 307, de 5 de julho de

2002, incluindo o amianto na classe de resíduos perigosos. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res04/res34804.xml>>. Acesso em outubro de 2019.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA Nº 307, DE 5 DE JULHO DE 2002. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30702.html>>.

BRASIL/DNIT. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Manual de estudos de tráfego. Rio de Janeiro, 2006.

CADERNOS PROARQ. A disciplina conforto ambiental: uma ferramenta prática na concepção de projetos de arquitetura, de urbanismo e paisagismo. Rio de Janeiro: Plano B, v. 20, 2013. Semestral.

CAMPOS, L. F. G. Mapa Florestal do Brasil. Bol. De Geografia. 2 (17). 1944: 621 – 635.

CANASVIEIRAS TRANSPORTES LTDA. Disponível em <<http://www.canasvieirastc.com.br/webnews/>>. Acesso em outubro de 2019.

CARDOSO, Lucimary Moreira Gomes. ESTUDO DO MICROCLIMA URBANO A PARTIR DE PLATADORMAS DE COLETA DE DADOS (PCD'S) DA FACHADA SUDESTE DE SALVADOR. 2017. 81 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Ambiental Urbana, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

CARDOSO, Lucimary Moreira Gomes. ESTUDO DO MICROCLIMA URBANO A PARTIR DE PLATADORMAS DE COLETA DE DADOS (PCD'S) DA FACHADA SUDESTE DE SALVADOR. 2017. 81 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Ambiental Urbana, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

CARLOS, A. F. A. A (Re)Produção do Espaço Urbano. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CARUSO, M.M.L. 1990. O desmatamento da Ilha de Santa Catarina de 1500 aos dias atuais. 2ª ed. Florianópolis : Editora da UFSC. 160p.

CECCA, Centro de Estudos Cultura e Cidadania 1997. Centro de Estudos e Cidadania. Unidades de Conservação e Áreas Protegidas da Ilha de Santa Catarina: caracterização e legislação / CECA. Florianópolis: Insular. 160p.

CECCA, Centro de Estudos Cultura e Cidadania. 1996. Uma Cidade numa Ilha. Florianópolis: Editora Insular, 248 p.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA - CELESC. Site das Centrais Elétricas de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.celesc.com.br/>>. Acesso em outubro de 2019.

CLAVAL, P. A geografia cultural. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2.ed. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.

CNES - CADASTRO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE DO BRASIL. Disponível em <<http://www.cnes.datasus.gov.br>>. Acesso em outubro de 2019.

COMCAP – COMPANHIA MELHORAMENTOS DA CAPITAL. Relatório de Gestão. Florianópolis, 2011. Disponível em: http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/27_02_2012_11.50.17.8b3d83ffe3ad52aec6f6beb572bddfe5.pdf

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN. Disponível em <<http://www.casan.com.br/#0>>. Acesso em outubro de 2019.

COMPANHIA DE MELHORAMENTO DA CAPITAL – COMCAP. Disponível em <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/comcap/index.php?pagina=home&menu=0>>. Acesso em outubro de 2019.

CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE – CONAMA. Resolução nº 275, de 25 de abril de 2001. Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva.

CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE - CONAMA. Resolução nº 307, de 5 de junho de 2002. Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

CONSELHO NACIONAL DE MEIO AMBIENTE - CONAMA. Resolução nº 430, de 13 de maio de 2011. Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do CONAMA. Acesso em outubro de 2019.

CORRÊA, W. K. C. Considerações sobre a formação territorial e econômica de Santa Catarina. Revista Geosul. Florianópolis: UFSC, 1999.

COUTO, S. A. F. (1981) Manual teórico e prático do parcelamento urbano. Rio de Janeiro, Forense. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br>. Acesso em outubro de 2019..

CULLEN, G. Paisagem urbana. Lisboa: Edições 70, 2010.

DENATRAN. Manual de Procedimentos para o Tratamento de Polos Geradores de Tráfego. Brasília: DENATRAN/FGV, 2001. Disponível em: < <http://www.denatran.gov.br/publicacoes/download/PolosGeradores.pdf>>. Acesso em outubro de 2019.

DUMAZEDIER, Joffre. Lazer e Cultura Popular. São Paulo, 2001.

ELETROSUL – CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. Disponível em <<http://www.eletrosul.gov.br>>. Acesso em outubro de 2019.

EMBRAPA – Empresa de Pesquisa e Extensão Rural de Santa Catarina. Solos do Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, n° 46, 2004.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Sistema brasileiro de classificação de solos. Rio de Janeiro: Embrapa-SPI, 2006. 412 p.

EMBRAPA. Solos do Estado de Santa Catarina. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento, n. 46. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2004.

EMPRESA DE PESQUISAS AGROPECUÁRIA E DE EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI/SDS. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável. Panorama dos Recursos Hídricos de Santa Catarina SDS/2005. Disponível em: http://www.aguas.sc.gov.br/sirhsc/baixararquivo.jsp?id=105&NomeArquivo=cartilha_versao_PD_F.pdf. Acesso em outubro de 2019.

EPAGRI/IBGE. Mapoteca Topográfica Digital de Santa Catarina. 2004.

EPAGRI/INMET - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. / Instituto Nacional de Meteorologia – INMET. Estação climatológica principal e sinótica de Florianópolis/SC. Normais climatológicas – 1911-2009. 2012.

EPAGRI/SDS. Mapa de Unidades Hidrográficas de Santa Catarina. 2005.

FARIAS, D. S. E. Diagnóstico Arqueológico Não Interventivo Pré- Histórico na Área de Implantação de Crematório no Cemitério Jardim da Paz- Município de Florianópolis – SC. Tubarão, 2010. 63 p.

FARIAS, D.S.E.; Kneip, A. Mapa arqueológico de Santa Catarina. Palhoça : Ed Unisul. 2010. 306 p.

FARIAS, Deisi; SCUNDERLICK, Eloy de; KNEIP, Andreas. Panorama arqueológico de Santa Catarina. Florianópolis: Editora Unisul, 2010.

FELIX, A. Parque Estadual da Serra do Tabuleiro: proposta de revisão dos limites na ilha de Santa Catarina. Florianópolis. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

FERRARI JÚNIOR, José Carlos. Limites e potencialidades do planejamento urbano: uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. In: Revista Estudos Geográficos, Rio Claro, 2004. p. 15-28.

FERRES, Evandro. Panoramio. Postado em: 13 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photo/83366887>>. Acesso em outubro de 2019.

FLEMING, T.H.; HOOPER, E.T & WILSON, D.E. 1972. Three central bat communities: Structure, reproductive cycles and movements patterns. Ecology, Washington, D.C., 53: 555-569.

Florianópolis Ontem e Hoje. Disponível em: <
<http://floripendio.blogspot.com/2010/05/florianopolis-antigo.html>>. Acesso em novembro de 2019.

FLORIANÓPOLIS, 1985. Lei Municipal nº2.193 de 03 de janeiro de 1985, Plano Diretor dos Balneários, dispõe sobre o zoneamento o uso e a ocupação do solo nos balneários da Ilha de Santa Catarina declarando-os área especial de interesse turístico e dá outras providências.

FLORIANÓPOLIS. Companhia de Melhoramentos da Capital. Roteiros da Coleta Convencional por Bairros de Florianópolis. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/comcap/index.php?pagina=servlistagem&menu=2&info=documentos>>. Acesso em: julho de 2020.

FLORIANÓPOLIS. Companhia de Melhoramentos da Capital. Roteiros da Coleta Seletiva por Bairros de Florianópolis. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/comcap/index.php?pagina=servlistagem&menu=2&info=documentos>>. Acesso em: julho de 2020.

FLORIANÓPOLIS. Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Guia Digital de Ruas de Florianópolis: 2001. Florianópolis: IPUF, 2001.

FLORIANÓPOLIS. Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Plano Diretor de Florianópolis, 2014. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/sites/planodiretor/>>. Acesso em outubro de 2019.

FLORIANÓPOLIS. Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. Geoprocessamento Corporativo. Disponível em: <http://geo.pmf.sc.gov.br/geo_fpolis/>. Acesso em outubro de 2019.

FLORIANÓPOLIS. Lei Complementar Municipal nº 113/2003. Dispõe sobre a forma de apresentação dos resíduos sólidos para a coleta. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/comcap/index.php?cms=lei+complementar+municipal+no++113+2003&menu=8>. Acesso em outubro de 2019.

FLORIANÓPOLIS. Lei Complementar Municipal nº 60/2000. Institui o código de obras e edificações de Florianópolis e dá outras providências. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-complementar/2000/6/60/lei-complementar-n-60-2000-institui-o-codigo-de-obras-e-edificacoes-de-florianopolis-e-da-outras-providencias-2011-08-09.html>. Acesso em outubro de 2019.

FLORIANÓPOLIS. Lei Complementar N° 001, de 03 de outubro de 1997. Dispõe sobre o zoneamento, o uso e a ocupação do solo no distrito sede de Florianópolis, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em outubro de 2019.

FLORIANÓPOLIS. Lei Complementar nº 009, DE 05 DE JULHO DE 1999. Dispõe sobre ruídos urbanos e proteção do bem estar e do sossego público. Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/a1/sc/f/florianopolis/lei-promulgada/1999/1/3/leipromulgada-n-3-1999-dispoe-sobre-ruídos-urbanos-e-protecao-do-bem-estar-e-dosossego-publico?q=003>>.

FLORIANÓPOLIS. Lei Complementar nº 561 de 02 de junho de 2016. Inclui inciso ao Art. 25 da Lei complementar nº 60, de 2000 (código de obras e edificações de Florianópolis). Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/sc/f/florianopolis/leicomplementar/2016/57/561/lei-complementar-n-561-2016-inclui-inciso-ao-art-25-da-leicomplementar-n-60-de-2000-codigo-de-obras-e-edificacoes-de-florianopolis?q=561>>.

FLORIANÓPOLIS. Lei Complementar nº 60, DE 11 DE MAIO DE 2000. Institui o código de obras e edificações de Florianópolis e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/sc/f/florianopolis/leicomplementar/2000/6/60/leicomplementar-n-60-2000-institui-o-codigo-de-obras-e-edificacoes-de-florianopolis-e-daoutrasprovidencias?q=060>>.

FLORIANÓPOLIS. Lei Complementar nº113 de 24 de abril de 2003. Dispõe sobre a forma de apresentação dos resíduos sólidos para a coleta. Disponível em: <<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/comcap/index.php?cms=lei+complementar+municipal+n-o++113+2003&menu=7>>.

FLORIANÓPOLIS. Lei Complementar Nº 113, de 6 de maio de 2003. Dispõe sobre a forma de apresentação dos resíduos sólidos para a coleta.

FLORIANÓPOLIS. Lei nº482, de 17 de janeiro de 2014. Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano, institui o Plano de Uso e Ocupação, os Instrumentos Urbanísticos e o Sistema de Gestão, denominada simplesmente de Plano Diretor do Município de Florianópolis. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/sites/planodiretor/?cms=plano+diretor+de+florianopolis>>.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico do Município de Florianópolis. 2011. Versão Consolidada Final. Disponível em: <http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/23_02_2011_14.10.48.ef4fa9ff9080123c24722cf58ca7eb78.pdf>.

FLORIANÓPOLIS. SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL. Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico do Município De Florianópolis – PIMSB, 2011. Versão Consolidada Final. Disponível em <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/23_02_2011_14.10.48.ef4fa9ff9080123c24722cf58ca7eb78.pdf>. Acesso em outubro de 2019.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental. Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico do Município de Florianópolis. 2011. Versão Consolidada Final. Disponível em: <http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/23_02_2011_14.10.48.ef4fa9ff9080123c24722cf58ca7eb78.pdf>. Acesso em outubro de 2019.

FOSSARI, T. D. A população Pré-colonial Jê na Paisagem da Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, Tese de Doutorado em Geografia, 2004. 339p.

FOSSARI, T. D. As populações pré-coloniais Jê da Ilha de Santa Catarina. Tese de Doutorado. Departamento de Geociências. UFSC. Florianópolis. SC. Digitada.

FOSSARI, T. D. Cultura pré-histórica da Ilha de Santa Catarina. In: MELO, O. F. de. (Org.). História Sócio-Cultural de Florianópolis. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, p. 15-25, 1991.

FOSSARI, T. D. et al 1988.b O povoamento pré-colonial da Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes. Rel. de pesquisa. Florianópolis: UFSC. Digitada.

FROPA, Anésia Barros. SCHIFFER, Sueli Ramos. Manual de conforto térmico : arquitetura, urbanismo — 5. ed. — São Paulo : Studio Nobel, 2001.

GALEGARO, G. Aspectos estruturais da vegetação do manguezal do estuário do rio São João, RJ. 2012. 73 p. Dissertação. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro.

GOOGLE - GOOGLE EARTH. Disponível em: <<http://www.googleearth.com/>>. Acesso em outubro de 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Disponível em: <www.cb.sc.gov.br>. Acesso em outubro de 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Lei Estadual N° 13.993, de 20 de março de 2007. Dispõe sobre a Consolidação das Divisas Intermunicipais do Estado de Santa Catarina e adota providências correlatas. Disponível em <<http://www.alesc.sc.gov.br/portal/index.php>>. Acesso em outubro de 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Lei Estadual N° 247, de 30 de dezembro de 1948. Fixa a Divisão Administrativa e Judiciária do Estado, no período de 1949 a 1953 e dá outras providências. Disponível em <<http://www.alesc.sc.gov.br/portal/index.php>>. Acesso em outubro de 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Polícia Civil de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.policiacivil.sc.gov.br/beta>>. Acesso em outubro de 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Polícia Militar de Santa Catarina. Disponível em: <[www.pm.sc.gov.br/ website/](http://www.pm.sc.gov.br/website/)>. Acesso em outubro de 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br>. Acesso em outubro de 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Segurança Pública. Disponível em: <<http://www.ssp.sc.gov.br/>>. Acesso em outubro de 2019.

HARTMANN, L.A.; SILVA, L.C. & ORLANDI FILHO, V. 1979 Complexo Granulítico de Santa Catarina - Descrição e implicações genéticas. Acta Geológica Leopoldensia, no6, vol. III no10 - 94-112.

HCM 2000. Special Report. Highwaycapacity manual. Washington, D.C.: TRB, n. 209, 2000. Disponível em: <http://www.gsweventcenter.com/Draft_SEIR_References%5C2000_TRB.pdf>.

HCM 2000. Special Report. Highwaycapacity manual. Washington, D.C.: TRB, n. 209, 2000. Disponível em: <http://www.gsweventcenter.com/Draft_SEIR_References%5C2000_TRB.pdf>. Acesso em outubro de 2019.

IBAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Manual de gerenciamento integrado de resíduos sólidos. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2006. Manual Técnico de Uso da Terra. Rio de Janeiro/RJ.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos Demográficos do IBGE para os anos de 2000 e 2010. Dados do Universo. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em outubro de 2019.

IBGE (2012). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manual Técnico da Vegetação Brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE. p. 271.

IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 2012. Manual Técnico da Vegetação Brasileira. Série manual técnicos em geociências, número 1. Rio de Janeiro.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censos Demográficos do IBGE para o ano de 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em outubro de 2019.

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - IDS: Brasil 2002 / IBGE, Diretoria de Geociências. – Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 195p.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/cadastro-de-escolas>>. Acesso em outubro de 2019.

INMAN, D.L. & FRAUTSCHY, J.D. 1966. Littoral processes and the development of shorelines. Coastal Engineering, ASCE Conference, Santa Barbara, USA.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE – DIGEO/SUL 2000 – Divisão de Geociências do Sul. Projeto Gerenciamento Costeiro. 3ª fase. Relatório Técnico Geomorfologia. Florianópolis.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo de 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em outubro de 2019.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS - IPUF. 2001. Guia digital Floripa. CD-ROM.

IPT. Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Manual de gerenciamento integrado do lixo. 2ª edição. SP: IPT, 2000.

IPUF – INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. DECRETO N. 13.348, DE 30 DE JULHO DE 2014. Regulamenta o Estudo de Impacto na Vizinhança (EIV) e o Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV), disposto nos arts. n. 65 §4º, n. 282, n. 283 e n. 338 da Lei Complementar n. 482, de 2014, que institui o Plano Diretor de Florianópolis. Florianópolis: IPUF, 2014.

IPUF – INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. Guia Digital de Ruas de Florianópolis: 2001. Florianópolis: IPUF, 2001.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KAMMERS, P; GHISI, E. Usos finais de água em edifícios públicos localizados em Florianópolis-SC. Disponível EM: <http://www.labeee.ufsc.br/node/250>. Acesso em outubro de 2019..

LEITE, R. C. V. Cidade, vento, energia: limites de aplicação da ventilação natural para o conforto térmico face à densificação urbana em clima tropical úmido Tese (Doutorado em tecnologia da arquitetura – FAUUSP). São Paulo, 2015.273 p. : il.

LYNCH, K. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes,1997.

MAKOWIECKY, S.; CARNEIRO FILHO, A. A. Florianópolis: Conjuntos históricos urbanos tombados. Da Pesquisa, v. 2, n. 4, p. 288–296, 2019.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Políticas de lazer: mercadores ou educadores? Os cínicos bobos da corte. In: MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e esporte: políticas públicas. Campinas, SP: Autores Associado, 2001.

MOREIRA, Altamir. A Iconografia em Revisão, 2018. Contemporânea. Santa Maria. UFSM.

MOREIRA, Altamir. A Iconografia em Revisão, 2018. Contemporânea. Santa Maria. UFSM. Florianópolis Ontem e Hoje. Disponível em: <<http://floripendio.blogspot.com/2010/05/florianopolis-antigo.html>>. Acesso em novembro de 2019.

MOTA, S. Urbanização e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES, 2003.

OLIVEIRA, P. M. P. Medição de atributos bioclimatizantes da forma urbana – rugosidade e porosidade – como instrumento de avaliação da ventilação, visando conforto térmico, conservação de energia e qualidade do ar no ambiente climático urbano. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, Anais... São Paulo, ANTAC/POLI/USP, 1993, volume 2, pp 1001 a 1013

PÊGAS FILHO, A. N.; TIRLONI, D. V. Diagnóstico das Bacias Hidrográficas de Florianópolis. Brotar e Crescer e ACIF. Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.acif.org.br/projetos/bacias-hidrograficas-de-florianopolis>

PELLOGGIA, A. U.; OLIVEIRA, A. M. S. Tecnógeno: um novo campo de estudos das Geociências. In: Congresso da Associação Brasileira de Estudo do Quaternário, 10, 2005, Guarapari. Anais... ABEQUA (CD-ROM). 2005.

PIAZZA, W. A colonização de Santa Catarina. Florianópolis. Ed. Lunardelli. 1994

PIAZZA, W. F. A colonização de Santa Catarina. Florianópolis: Editora Lunardelli, 376 p. il. 1994.

PLANO MUNICIPAL INTEGRADO DE SANEAMENTO BÁSICO - PMISB. Versão Consolidada. Florianópolis, 2011. Disponível em: http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/23_02_2011_14.10.48.ef4fa9ff9080123c24722cf58ca7eb78.pdf. Acesso em outubro de 2019.

PMISB – PLANO MUNICIPAL INTEGRADO DE SANEAMENTO BÁSICO. Versão Consolidada. Florianópolis, 2011. Disponível em: http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/23_02_2011_14.10.48.ef4fa9ff9080123c24722cf58ca7eb78.pdf

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Disponível em <<http://www.pmf.sc.gov.br/>>. Acesso em outubro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Geoprocessamento Corporativo. Disponível em <<http://geo.pmf.sc.gov.br/>>. Acesso em outubro de 2019.

PRÉVE, Camila Vieira. Avenida Mauro Ramos: fatos históricos que definem seus extremos sociais. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. 2008.

REDEPGV. Rede de Polos Geradores de Viagens. Taxas de Geração de Viagens. Disponível em: <<http://redpgv.coppe.ufrj.br/index.php/pt-BR/conceitos/taxas-de-geracao-de-viagens>>. Acesso em outubro de 2019.

ROHR, J. A. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. Anais do Museu de Antropologia, UFSC, Florianópolis, n. 17, p. 77-168, 1984.

RUAS DO CORAÇÃO, 2008. Disponível em: <https://floripamanha.org/2009/12/serie-ruas-do-coracao/>. Acesso em: março de 2022.

SÁNCHEZ, L. H. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 495p.

SÁNCHEZ, L. H. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. 495p.

SANDRONI, Paulo. Novíssimo dicionário de Economia. São Paulo: Best Seller, 1999. 650 p.

SANTA CATARINA. CASAN. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento. Manual de Serviços de Instalação de Água e Esgotos Sanitários. 2014. Disponível em: <http://www.casan.com.br/ckfinder/userfiles/files/Documentos_Download/Manual%20de%20Servi%C3%A7os%20de%20Instala%C3%A7%C3%A3o%20Predial%20de%20C3%81gua%20e%20Esgotos%20Sanit%C3%A1rios.pdf>.

SANTA CATARINA. Lei n. 13.557, de 17 de novembro de 2005. Estabelece a Política Estadual sobre Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.mp.sc.gov.br/portal/site/portal/portal_lista.asp?campo=4565>. Acesso em outubro de 2019.

SANTA CATARINA. SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR. DIRETORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS – DAT. Normas de segurança contra incêndios. Instrução Normativa IN 009/DAT/CBMSC. Sistema de saída de Emergência. 2014. Disponível em: <<https://brigadista.cbm.sc.gov.br/arquivos/materiais/15042016-100830.pdf>>.

SANTOS, C. N. F. (1988). A cidade como um jogo de cartas. São Paulo, Projeto Editores.

SANTOS, M. A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. Espaço e método. São Paulo, Nobel, 1985. (Coleção Espaços).

SAUER, C. O. The Morphology of landscape. Publications. Geography, v. 2, n.2. University of California, 1925.

SCGÁS – COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://portal.celesc.com.br/portal/home/index.php>>. Acesso em outubro de 2019.

SCGÁS. Companhia de Gás de Santa Catarina. Site. Disponível em: <<http://www.scgas.com.br/>>. Acesso em outubro de 2019.

SCHAFFER, W. B.; PROCHNOW, M. 2002. A Mata Atlântica e Você: Como preservar, recuperar e se beneficiar da mais ameaçada floresta brasileira. Brasília, 156 p.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE - SDM. 1997. Bacias Hidrográficas do Estado de Santa Catarina: Diagnóstico Geral. 163 p.

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. Dados Estatísticos Municipais. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/>>. Acesso em outubro de 2019.

SIGRIST, T. 2007. Aves do Brasil oriental: guia de campo. Editora Avis Brasilis Editora. 1ª edição. São Paulo.

SILVEIRA, A. L. L. Ciclo hidrológico e bacia hidrográfica. In: TUCCI, C. E. M. (Org.). Hidrologia: Ciência e aplicação. São Paulo: EDUSP, 2001.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS – SINIR. Disponível em <<http://www.sinir.gov.br/>>. Acesso em outubro de 2019.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE O SANEAMENTO - SNIS. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/>>. Acesso em outubro de 2019.

STRAHLER, A. N. Geografia Física. Barcelona: Ed. Omega, 1986. Sul do Brasil. 1999. Ínsula n. 30.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME - UNEP. Review of Environmental Impact Assessment and Environmental Management Techniques. 2000. Disponível em: <<http://www.unep.org>>. Acesso em outubro de 2019.

VÁRZEA, Virgílio. Santa Catarina: a ilha. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1985. [1. ed.: 1900].

ZMITROWICZ, W.; NETO, G. A. Infraestrutura Urbana São Paulo: EPUSP, 1997. (Texto Técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, TT/PCC/17).

7. ANEXOS

- 7.1. Anexo 01: ART da elaboração do EIV**
- 7.2. Anexo 02: ART do projeto arquitetônico**
- 7.3. Anexo 03: Cópias das pranchas do projeto arquitetônico**
- 7.4. Anexo 04: Consulta de Viabilidade urbanística**
- 7.5. Anexo 05: Consulta de viabilidade de água da CASAN**
- 7.6. Anexo 06: Consulta de viabilidade de esgoto da CASAN**
- 7.7. Anexo 07: Consulta de Viabilidade de energia da CELESC**
- 7.8. Anexo 08: Consulta de Viabilidade de resíduos da COMCAP**
- 7.9. Anexo 09: Levantamento Topográfico**
- 7.10. Anexo 10: Matrícula do Imóvel**
- 7.11. Anexo 11: Procuração**
- 7.12. Anexo 12: Inscrição Imobiliária**
- 7.13. Anexo 13: Dados brutos da contagem de tráfego**
- 7.14. Anexo 14: Parecer de Aprovação do Art. 64**
- 7.15. Anexo 15: Parecer DIURB**